



CÂMARA DOS DEPUTADOS

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

COMISSÃO ESPECIAL - PL 5.941/09 - PRÉ-SAL / PETROBRÁS		
EVENTO: Reunião Ordinária	Nº: 1994/09	DATA: 04/11/2009
INÍCIO: 14h38min	TÉRMINO: 14h56min	DURAÇÃO: 18min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 18min	PÁGINAS: 7	QUARTOS: 4

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO: Discussão e votação do parecer do Relator, Deputado João Maia, ao Projeto de Lei nº 5.941, Pré-Sal/PETROBRAS. Adiamento por uma sessão da discussão e votação do parecer.

OBSERVAÇÕES



O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jardim) - Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da presente reunião da Comissão Especial PL nº 5.941, Pré-Sal/PETROBRAS.

Saúdo todos os presentes e participantes.

Informo aos Srs. Parlamentares que se encontra à disposição de V.Exas. cópia da Ata da 9ª Reunião Ordinária, realizada no último dia 28 de outubro. Indago aos Srs. Parlamentares se há necessidade da leitura da ata. (*Pausa.*)

Dispensada a leitura da ata a pedido do Deputado Carlos Zarattini.

Em discussão a ata. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, coloco-a em votação.

Os Deputados que a aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Está aprovada a ata.

Ordem do Dia.

A presente reunião foi convocada com objetivo de discutir e votar o parecer oferecido pelo ilustre Relator, Deputado João Maia, ao Projeto de Lei nº 5.941, Pré-Sal/PETROBRAS.

A lista de inscrição está aberta desde a nossa última reunião. Caso algum Parlamentar deseje fazer sua inscrição, poderá dirigir-se à Secretaria da Mesa. Informo que até este instante 6 Deputados já se inscreveram. Relembro que essa inscrição pode ser feita até o início da discussão, o que pretendemos fazer daqui a pouco. Portanto, se algum Deputado desejar se inscrever, o momento oportuno é agora.

Alerto a todos que, como dispõe o § 2º do art. 171 do Regimento Interno, os Deputados que não se encontrarem presentes na hora da chamada perderão definitivamente a sua inscrição. Neste instante, estamos colhendo as inscrições.

Na nossa última reunião, ocorrida no dia 28 de outubro, foi apresentado o parecer do Relator, Deputado João Maia, e concedida vista conjunta da matéria.

Antes de passarmos à discussão, informo que se encontra sobre a mesa requerimento de autoria do nobre Deputado Sandro Mabel, Líder do PR, que, nos termos do art. 177 do Regimento Interno, requer o adiamento, por três sessões, da discussão do PL nº 5.941.

Temos de deliberar sobre esse requerimento.



Para encaminhar a favor, concedo a palavra ao Deputado Sandro Mabel, por até 5 minutos.

O SR. DEPUTADO SANDRO MABEL - Sr. Presidente, o requerimento é feito pela bancada do partido, que é a mesma do nosso Relator, que aliás fez um brilhante relatório, abordando as questões que são importantes para o pré-sal. Porém, em reunião da bancada que tivemos ontem, dentro do próprio partido surgiu uma discussão e precisamos um pouco mais de prazo para o esclarecimento dela. Em função disso, pedimos o adiamento, uma vez que a votação do pré-sal está assegurada para a próxima semana, porque há relatórios prontos. Acabou de ser votado o relatório do Deputado Antonio Palocci, então não haverá dificuldades para que começemos a votar o pré-sal no plenário.

Esse é o pedido da bancada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jardim) - Regimentalmente esta Mesa faculta a palavra a algum Parlamentar que queira encaminhar contrariamente.

Inscreve-se o Deputado Carlos Zarattini, para encaminhar contrariamente ao requerimento, dispondo de até 5 minutos.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Sr. Presidente, eu considero que fizemos aqui toda uma discussão, uma série de audiências públicas em que aprofundamos as questões relativas a esse projeto. Houve a oportunidade para emendas, o tempo para elaboração, o pedido de vistas conjunto. Agora temos mais é que passar à votação.

Há um acordo nesta Casa para que esse projeto seja votado no dia 10. Logicamente, não serão todos os projetos votados no dia 10, mas é nossa obrigação o cumprimento do acordo, passarmos à votação e não a protelarmos.

Então, considero que o requerimento do nobre Líder do PR não convém à necessidade que temos de aprovar os quatro projetos do pré-sal ainda este ano. Postergar esse projeto, jogar para frente, significa colocá-lo em discussão ao mesmo tempo em que teremos a discussão do Orçamento. São discussões que vão embaralhar-se e podemos perder a oportunidade de aprovar um projeto que tem uma importância fundamental para todo o projeto do pré-sal, ou seja, esse projeto é uma peça importante para que possamos ter uma PETROBRAS mais forte, com uma alavancagem maior, com capacidade de investimento para enfrentar o grande



desafio, que é produzir o petróleo do pré-sal e garantir a toda Nação brasileira os frutos dessa riqueza. A PETROBRAS é o principal elemento de toda essa articulação.

Então, nós queremos nos colocar contrários a esse requerimento e pedir ao Deputado Sandro Mabel que reflita sobre isso, porque a posição da Liderança do Governo e dos partidos aliados até este momento era a de encaminhar essa votação favoravelmente, no sentido de aprovar o projeto nas datas previstas.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO EDUARDO SCIARRA - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jardim) - Anteriormente havia solicitado a palavra o autor do requerimento.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado Sandro Mabel.

O SR. DEPUTADO SANDRO MABEL - Sr. Presidente, dentro da visão que o Deputado Carlos Zarattini apresentou e sobre a qual o nosso Relator ponderou também, não sei se é possível alterar o requerimento e, em vez de três sessões, poderíamos fazer o adiamento por duas sessões, o que atingiria o mesmo objetivo. Se não puder fazer a alteração, mantemos o pedido para adiamento por três sessões.

Eu queria dizer ao Deputado Carlos Zarattini que somos da base do Governo, também entendemos que o pré-sal é importante e estamos juntos nessa empreitada, porém eu tenho problemas dentro da minha bancada. Na condição de Líder da bancada, sou funcionário dela. Dentro disso, entendemos que o adiamento não prejudica. Se corresse o risco de prejudicar, nós resolveríamos de outra forma. Temos projetos que já serão votados a partir do dia 10 no plenário. Como V.Exa. mesmo disse, um projeto será votado após o outro, não entrarão todos simultaneamente. Portanto, se esse projeto tiver a discussão adiada por duas sessões, como disse o Deputado João Maia, acho que conseguiremos resolver dentro da nossa bancada. E na terça-feira já terão transcorrido as duas sessões. Se não tiver como substituir, mantenho o requerimento de três sessões.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jardim) - Solicitaram a palavra pela ordem os Deputados Eduardo Sciarra e Chico Alencar, mas antes a Mesa vai



esclarecer, porque acha que talvez tenha captado uma preocupação do Deputado Sandro Mabel em sintonia com a do Relator.

Se a nossa preocupação é que possamos até o dia 10 ter o momento conclusivo aqui — e já respondo que é possível, sim, alterar o requerimento proposto —, esse requerimento teria de ser de adiamento por uma sessão, porque o requerimento de adiamento por uma sessão significaria não termos deliberação amanhã, mas poderíamos convocar uma sessão deliberativa da Comissão para a próxima terça-feira. Se o requerimento for por duas sessões, implica a sessão de quinta-feira e a de segunda-feira, e esta Comissão só voltaria a se reunir no dia 11, na quarta-feira — perdão, reformulo: as sessões de quinta-feira e de terça-feira. Eu não me expressei bem, mas acho que todos entenderam.

Portanto, o adiamento por uma sessão nos colocaria a possibilidade de voltarmos a nos reunir na terça-feira; o adiamento por duas sessões nos leva à reunião possível na quarta-feira; e por três sessões, reunião possível na próxima quinta-feira.

Pela ordem, tem a palavra o Deputado Eduardo Sciarra.

O SR. DEPUTADO EDUARDO SCIARRA - Eu queria ponderar que a Oposição também firmou o compromisso de votar essa matéria dentro dos prazos estabelecidos, mas concordo com o Deputado Sandro Mabel que um pouco mais de tempo — e quando falamos um pouco mais de tempo queremos dizer dois, três ou quatro dias corridos — seria o suficiente para que possamos acertar algumas posições de bancada. Não tenho dúvida de que, se deixarmos para votar isso na semana que vem, nós teremos, dentro da nossa bancada, uma posição mais esclarecedora com relação a essa questão.

O Governo levou vinte meses tratando dessa matéria, e nós estamos votando após as audiências públicas realizadas por esta Comissão. Recebemos uma série de documentos de entidades ligadas ao setor, não só do mercado financeiro mas também do mercado de capitais e de governança corporativa, que nos leva a refletir sobre algumas dessas posições.

O Democratas está pronto para debater essa matéria, mas seria importante se conseguíssemos iniciar a discussão e votação a partir de terça-feira, para nivelarmos a nossa bancada em questões sobre as quais, pela própria dificuldade



que temos, já que quatro Comissões trabalharam ao mesmo tempo, não conseguimos fechar uma posição clara a respeito dessa discussão. Seria interessante que pudéssemos adiar isso para a próxima semana.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jardim) - Esta Mesa está tendo um momento de liberalidade. Do ponto de vista regimental, deveríamos passar à votação, para que pudéssemos construir um entendimento.

É nessa perspectiva que ouvimos o Deputado Chico Alencar.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Agradeço ao Presidente Arnaldo Jardim, que mais uma vez está fazendo a composição adequada. Parece que já caminhamos para um acordo mais que razoável.

Se um Deputado, ainda mais respaldado pela demanda do seu próprio partido, à qual me associo, pede um pequeno prazo para melhor avaliar o relatório final, com o compromisso de votarmos semana que vem, não há problema algum, é melhor para a qualidade do que deliberaremos aqui.

Quero lembrar que o Governo, o Executivo, teve um ano e meio para tratar de todas as questões relativas ao pré-sal, um ano e meio! E não só a prospecção, que mostrou a potencialidade dessa camada, mas debates nos seus organismos, junto aos quais não tivemos a menor participação, mesmo a sociedade, que ainda está um pouco carente desse debate. Portanto, nós, Poder Legislativo nacional, que teve apertadíssimos três meses para fazer esse debate inicial, ou dois meses, querermos mais dois dias não é nada de mais.

Na nossa visão, — aproveito para antecipar isto — este debate, pela importância estratégica da questão, pelas repercussões não só econômicas e sociais mas também ambientais, pela possibilidade de uma discussão, que é rara aqui no Parlamento e muito saudável, de projetos estratégicos de nação, do planeta —, mereceria muito mais tempo, inclusive decisões plebiscitárias envolvendo toda a população. Quem sabe nas eleições de 2010 agregaríamos essa questão? Mas é evidente que isso, embora possa e deva ser proposto, não está no horizonte das expectativas mais imediatas.

A demanda de uma discussão até terça-feira é razoável. Quero endossar o pedido do Deputado Sandro Mabel e essa proposta de composição que o Presidente e o Relator fazem. Acho que estamos todos de acordo em relação a isso.



Sim, seria uma sessão, mas nós aqui nos movemos pelo tempo hábil. Quem está interessado vai ler e discutir com o seu próprio partido domingo à tarde ou segunda-feira, para chegar a um acordo, porque o que vale é sessão com ordem do dia, portanto a de sexta-feira e a de segunda-feira não contam regimentalmente, mas a sessão de amanhã conta certamente. Podemos votar na terça-feira. Apoio portanto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jardim) - Muito obrigado por sua contribuição.

O Deputado Chico Alencar vai na esteira do que foi proposto pelo Deputado Eduardo Sciarra, que seria o adiamento de uma sessão e a retomada na terça-feira.

Vou coletivizar o diálogo que houve aqui. Permitam-me, porque há uma questão de esclarecimento regimental.

Consultamos neste instante a coordenação e a assessoria das Comissões, pela Sra. Ana Lúcia e o Sr. Sílvio, sobre a seguinte questão: a Comissão funciona, e há um momento em que o Presidente afirmou que vai chamar a matéria a Plenário. Então, a nossa discussão é a seguinte: chamada a matéria a Plenário, a Comissão se interromperia e ficaria sem concluir seus trabalhos?

Na hipótese de isso ser feito sem aprovação de um requerimento de urgência, poderia até a matéria ir a Plenário, receber emendas e voltar à Comissão. Mas sabemos que a disposição do Presidente Michel Temer é aprovar urgência — e isso tem a ver com uma questão de ordem levantada por mim no começo dos trabalhos aqui, aqueles que acompanharam sabem disso. Isso significa que a matéria ficará em Plenário e lá o Relator oferecerá parecer e ela será deliberada. Essa é a questão regimental.

Falaram, pela ordem, o Deputado Eduardo Sciarra e o Deputado Chico Alencar.

O Deputado Carlos Zarattini quer fazer uma consideração.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Se for possível haver acordo do adiamento por uma sessão, conforme entendi que o Sr. Presidente propôs, nós estaremos de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jardim) - O Presidente concorda. Acho que todos estão de acordo. Então, vamos alterar, por solicitação do Deputado



Sandro Mabel, o requerimento, que passa a solicitar o adiamento, por uma sessão, da discussão do PL nº 5.941.

Os Srs. Deputados que estão a favor do requerimento apresentado permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Está aprovado o requerimento.

Está adiada, por uma sessão, a discussão e a votação do PL a que nos referimos.

Convoco a próxima reunião da Comissão para a próxima terça-feira, às 11 horas da manhã.

Está encerrada a reunião.